

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - AGOSTO - 2008
ANO 14 - NÚMERO 130



Reforma no Processo Penal dinamiza a Justiça

As novas regras introduzidas no Código de Processo Penal brasileiro alteraram principalmente o Tribunal do Júri (foto) e provocam opiniões divergentes no meio jurídico. O consenso, no entanto, é que as recentes mudanças beneficiaram a tramitação processual nos feitos que envolvem o Júri, cujo excesso de procedimentos e prazos era visto como ferramenta para a demora do final do processo e para a impunidade.

Mais um passo para a efetiva unificação do TJMG

Orlando Carvalho - presidente

“A arquitetura não é importante. Importante é o homem e a sua luta.” Essa frase do grande arquiteto Oscar Niemeyer traduz a emoção, ao vermos instalada a pedra fundamental do edifício-sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Não se pode negar: foi necessário vencer muitos obstáculos, superar adversidades. Houve notícias desfavoráveis, posições contrárias. Superar tudo isso exigiu muito planejamento, argumentos e soluções.

O funcionamento do Tribunal de Justiça em uma sede única representa a definitiva integração da Segunda Instância, que já ocorreu, formalmente, em 2005, com a extinção do Tribunal de Alçada.

Ganha a grande e dedicada equipe de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça. Mas, aqui é imprescindível lembrar: ganha também a sociedade.

O funcionamento em um único endereço trará mais comodidade para o cidadão. Como se tem divulgado enfaticamente, a estrutura física do TJMG se encontra hoje dispersa em doze prédios da Capital. Isso traz diversos transtornos ao funcionamento da instituição e onera o seu custo operacional, além de contribuir para o agravamento das condições do trânsito na área central.

Os dados comparativos do ano de 1997 e 2007, acessíveis no Portal, não deixam dúvida sobre a presente necessidade de construção da nova sede. A distribuição de processos na 2ª Instância subiu de 40 mil para mais de 200 mil; o número de magistrados passou

de 94 para 120, enquanto o total de servidores foi elevado de cerca de 1,2 mil para mais de 2,2 mil.

Sendo assim, a nova edificação é imprescindível, com espaço mais adequado para funcionamento do Tribunal de Justiça e, dessa forma, com possibilidades de mais agilização e melhoria do serviço prestado à comunidade.

Mas, se esse sonho tornou-se possível, tem-se aqui o resultado do esforço de vários magistrados e servidores. A cada um deles, deixo meu “muito obrigado”. Quero fazer um agradecimento especial ao governador Aécio Neves e ao vice-governador Antônio Augusto Anastasia; à Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Alberto Pinto Coelho; à Prefeitura de Belo Horizonte, sob a liderança de Fernando Pimentel – as várias áreas do Executivo Municipal foram parceiras valiosas desta obra.

Concluindo, volto à sabedoria de Niemeyer, eterna fonte de inspiração e referência para a arquitetura brasileira. São palavras dele: “É preciso viver e encontrar nos amigos e na conversa sobre o mundo o prazer que nos resta, sem esquecer a luta.”

Está encerrada mais uma etapa dessa luta. Outras estão por vir. As informações continuarão sendo prestadas, prontamente, para a comunidade do Barro Preto e entorno, para a sociedade de Belo Horizonte, de Minas, acessíveis ao mundo inteiro através do Portal do TJMG. Dentro em breve, a nova sede será motivo de orgulho para todos.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendente de Comunicação: Alexandre

Victor de Carvalho; **Secretário Especial da**

Presidência: Luiz Carlos Elói; **Secretária do**

Presidente: Sidneia Simões; **Assessora de**

Comunicação Institucional: Goretti Paiva;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Editoras e Jornalistas Responsáveis:

Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG e

Patrícia Melillo - RG nº MG 04592/JP;

Revisão: Pedro Jorge Fonseca; **Designer**

Gráfico: Úrsula Baião; **Fotolito e Impressão:**

Lastro Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.gov.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 20 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.gov.br.

Fotos: Guilherme Dardarian

Desembargadores tomam posse no TRE

No dia 4 de julho, os desembargadores Almeida Melo (E) e José Antonino Baía Borges (D) tomaram posse, respectivamente, nos cargos de presidente e vice-presidente/corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em solenidade realizada no Salão do Tribunal do Júri do Fórum Lafayette, na avenida Augusto de Lima, 1.549, bairro Barro Preto, em Belo Horizonte.

TJMG inicia obras da nova sede

Diante de autoridades mineiras, o presidente do TJ resalta a importância da solenidade

Reinaldo M. Gomes

Um marco histórico para o Poder Judiciário mineiro: o Tribunal de Justiça de Minas Gerais deu início, no dia 23 de junho, à construção de seu novo edifício-sede no bairro Barro Preto. A primeira etapa da obra envolve os serviços de demolição, terraplenagem e contenção, com cronograma previsto de oito meses. A segunda fase do edital, referente aos projetos executivos, já definiu as empresas habitadas. Para a construção propriamente dita, será publicado o terceiro edital, após a conclusão dos projetos executivos. Orçado em R\$ 378 milhões, o prédio deverá ser inaugurado no prazo máximo de cinco anos.

A instalação da pedra fundamental, oficializando o início das obras, foi realizada dia 7 de julho, em solenidade que contou com a presença do presidente do TJMG, desembargador Orlando Adão Carvalho; do vice-governador do Estado de Minas Gerais, professor Antônio Augusto Anastasia, representando o governador Aécio Neves; do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Alberto Pinto Coelho, além de mais de 70 desembargadores e representantes do Judiciário, Executivo estadual e municipal, Legislativo e das polícias civil e militar. O palanque das autoridades foi armado sob tenda especial, no canteiro de obras situado no quarteirão formado pelas ruas Uberaba, Alvarenga Peixoto, Tenente Brito Melo e Gonçalves Dias.

Placas e urna

Dentro da programação, foram desceradas placas de registro do início das obras e de agradecimento do TJMG ao Governo do Estado pelo apoio recebido na viabilização da construção da nova sede, através da cessão do terreno. As três principais autoridades, representando os respectivos poderes do Estado, fizeram o preenchimento de uma urna, com os seguintes objetos: jornais do dia, plantas do projeto arquitetônico, caderno que registra a primeira apresentação do edifício-sede aos desembargadores, relação con-

Guilherme Dardeman



É uma obra compatível com as necessidades atuais do Poder Judiciário"

tendo a composição e a direção do Tribunal de Justiça, fotografias, moedas correntes e informativos sobre o empreendimento.

Como o terreno ainda deverá ser escavado para a construção dos subsolos, a urna ficará exposta no memorial da obra. Após a conclusão do edifício-sede, ela será enterrada no jardim do prédio, devendo permanecer ali por 50 anos. Após esse período, a urna será aberta e ficará exposta, definitivamente, na Memória do Judiciário Mineiro, que funciona no Palácio da Justiça, na avenida Afonso Pena, 1.420.

Compromisso

O presidente explicou que a centralização em um único endereço de todos os setores administrativos e judiciários da 2ª Instância, bem como dos atuais 120 desembargadores e dos servidores, contribuirá para tornar mais ágil a prestação jurisdicional, oferecendo mais comodi-

dade ao cidadão. "A obra trará uma substancial racionalização das atividades, através de *layouts*

adequados. Além disso, o Tribunal terá uma economia de gastos com manutenções, condomínio e aluguéis de imóveis, de energia elétrica e de transporte entre as unidades", informou o presidente, acrescentando que a estrutura física do Tribunal de Justiça se encontra hoje dispersa em 12 prédios da Capital.

Em seu discurso, o vice-governador Anastasia destacou que a sede histórica, localizada na avenida Afonso Pena, os anexos da rua Goiás e a Unidade Francisco Sales já se encontram com instalações insuficientes. "É uma obra compatível com as necessidades atuais do Poder Judiciário", disse. Lembrou que o Poder Executivo também realiza, atualmente, uma obra de grande porte, na região norte da Capital, para a construção do seu centro administrativo, visando à melhoria dos serviços públicos: "Agora, para muito orgulho dos mineiros, o Poder Judiciário construirá a sua nova sede", afirmou Anastasia.

Ângela Rodrigues entende que a experiência é a chave do sucesso

Guilherme Dardahan



Experiência a serviço da Conciliação

Gustavo Gomes

Em Minas, a conciliação continua se expandindo e mobiliza cada vez mais pessoas. No dia 30 de junho, o *Projeto Magistrado Conciliador* foi lançado oficialmente, no Fórum Lafayette da capital mineira. A iniciativa foi formalizada pelo juiz diretor do Foro da comarca de Belo Horizonte, Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, através da assinatura da Portaria nº 001/2008, da Direção do Foro.

Idealizado pela juíza Ângela de Lourdes Rodrigues, ex-coordenadora da Central de Conciliação, o *Magistrado Conciliador* conta com a atuação voluntária de magistrados aposentados para a promoção de acordos em ações cíveis. Além dos juízes das varas cíveis de Belo Horizonte, fazem parte do projeto os magistrados - juízes e desembargadores - aposentados que aderirem à iniciativa. Até o momento, de acordo com a juíza Ângela Rodrigues, foram feitas cerca de 50 adesões. Ela revelou sua felicidade de estar à frente do *Magistrado Conciliador*. "É um projeto simples, mas de uma grandeza enorme, principalmente levando-se em conta a adesão voluntária dos magistrados", destacou agradecida durante a solenidade de lançamento.

O objetivo é agilizar a Justiça, reduzindo o acervo processual a partir da experiência dos magistrados aposentados.

Assim, o juiz titular teria maior disponibilidade para proferir despachos e sentenças e realizar audiências de instrução e julgamento.

Inauguração

As audiências inaugurais do *Magistrado Conciliador* foram realizadas no dia 2 de julho na 30ª Vara Cível do Fórum Lafayette, e presididas pelo magistrado Francisco Corrêa Neto. Das nove audiências, cinco terminaram em acordo, o que representa um índice de conciliação de 55%. O magistrado se mostra satisfeito ao participar dessa iniciativa. "Vai ser um projeto vencedor. Sinto-me bem podendo contribuir para desafogar a Justiça fazendo o que eu sempre gostei", declarou ele.

A idéia é que o juiz responsável pela vara cível entre em contato com o magistrado aposentado, inscrito no Projeto, e agende dias e horários para a realização das audiências, que contam com o auxílio de um escrevente ou estagiário. A avaliação da eficácia do *Magistrado Conciliador* será feita através do registro de dados estatísticos sobre o resultado das audiências.

O juiz diretor Luiz Carlos de Azevedo está confiante no sucesso do Projeto.

"Temos certeza de que, com o início dos trabalhos, o número de adesões vai crescer muito mais". O *Magistrado Conciliador*, lançado em caráter experimental na comarca de Belo Horizonte, caso atinja o sucesso esperado, será encaminhado, em no máximo 60 dias, à 3ª Vice-Presidência do TJMG, para regulamentação e extensão a todas as comarcas de Minas Gerais.



É um projeto simples, mas de uma grandeza enorme, principalmente levando-se em conta a adesão voluntária dos magistrados"

Bem-estar no trabalho

Francis Rose

Adotar hábitos saudáveis de vida não é tarefa fácil. Muitas vezes, em meio a uma rotina estressante, as pessoas desistem de tentar parar de fumar, de manter uma alimentação mais adequada e de iniciar a prática de uma atividade física. O desafio é não deixar para depois. E, se depender da Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu), através da equipe da Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat), do TJMG, nada de esperar a próxima segunda-feira para começar. Os programas mantidos pela gerência pretendem oferecer ao servidor uma vida com mais qualidade. Isso significa manter o equilíbrio no dia-a-dia, interiorizar hábitos saudáveis e aumentar a capacidade de enfrentar pressões.

Os resultados de uma vida com mais qualidade podem ser constatados em várias áreas: nas relações interpessoais, na saúde, e – é claro – no ambiente de trabalho. No TJMG, a meta é atuar em várias frentes, apoiando os servidores interessados em buscar uma vida melhor. A coordenadora de Qualidade de Vida no Trabalho do TJ, Daniela Hipólito Carvalho, explica que, atualmente, o Tribunal tem investido em quatro programas principais: o de *Controle de Dependência da Nicotina*, o *Viva Bem – Mudando sua Postura de Vida*, o de

Sensibilização para Identificar o Câncer Bucal e o de *Ginástica Laboral*.

O Programa de Controle de Dependência da Nicotina trabalha, principalmente, com a prevenção e o tratamento, criando e mantendo ambientes livres de tabaco e atendendo os servidores que manifestam o interesse de abandonar o vício. A assistente social Catarina Mafra e a psicóloga Bárbara Freitas, que trabalham no programa, explicam que são feitos encontros semanais, durante dois meses, com uma equipe multidisciplinar. Um novo grupo deve ser formado nos próximos meses.

Já o programa *Viva Bem – Mudando sua postura de vida* atua em três frentes principais, que são a alimentação adequada, a prática sistemática de atividade física e a estabilidade emocional. “Vamos promover palestras informativas, com profissionais de várias áreas, ao longo de um mês”, antecipa a psicóloga e enfermeira do programa Ivana Rocha. O primeiro grupo vai participar das atividades em novembro. “Queremos provocar uma reflexão que leve o servidor a uma postura pró-ativa, de mudança de atitude”, revela Ivana. Os servidores do interior terão acesso ao programa por meio de uma página na internet e de um e-mail para o envio de dúvidas.

Daniela Carvalho explica que ainda está sendo desenvolvido um programa-piloto de *Sensibilização para identificar o câncer bucal*, que prevê palestras e ou-

três um grupo de servidores semanalmente para fazer os exercícios, no 19º andar do Edifício Mirafiori. “A ginástica aproxima a equipe, produz relaxamento e descontração. O servidor volta renovado, com mais motivação e ânimo para o trabalho”, conta.

A oficial judiciária Patrícia Lúcia Rodrigues, que trabalha na administração do Fórum de Betim, também considera os programas de qualidade de vida essenciais. Ela participou do último

grupo do Programa de *Controle de Dependência da Nicotina*, iniciado em março, e só tem elogios: “Tentei parar de fumar várias vezes, mas não consegui. Agora, com acompanhamento e método, faz toda a diferença”. A servidora não fuma há dois meses e está certa da vitória sobre a dependência do tabaco.

A equipe envolvida nos programas acredita que não basta oferecer canais para o servidor buscar uma rotina mais saudável. Os profissionais consideram também fundamental o apoio dos gerentes e colegas de trabalho, por conhecerem bem as pressões a que os servidores estão expostos todos os dias.

A ginástica aproxima a equipe, produz relaxamento e descontração. O servidor volta renovado, com mais motivação e ânimo para o trabalho”

tras orientações. Também está em andamento o processo de licitação para contratar a empresa responsável pela *Ginástica labora-*l. “O edital prevê sessões de 10 minutos, duas vezes por semana, em todos os prédios da Capital. Posteriormente, a ginástica será levada aos pólos de saúde, no interior”, diz.

Relaxamento

O coordenador de Avaliação de Desempenho e Administração do Plano de Carreiras dos Servidores, Hideraldo Nogueira Barbosa, considera a ginástica laboral tão importante no dia-a-dia, que

Guilherme Dardanhan



Servidores do TJ se reúnem semanalmente para fazer exercícios

Novas regras no CPP: por um Direito mais justo

Daniel Oliveira

No dia 7 de maio de 2008, a Justiça brasileira foi manchete de alguns dos principais noticiários internacionais. Eles destacavam a absolvição, pelo Tribunal do Júri de Belém, do fazendeiro suspeito de ser o mandante do assassinato da freira e militante ambiental norte-americana Dorothy Stang. O réu havia sido condenado a 30 anos de prisão em seu primeiro julgamento e, no segundo, foi inocentado por cinco votos a dois.

Tivesse acontecido depois de 9 de junho deste ano, a história poderia ter sido diferente. Essa foi a data da publicação da Lei nº 11.689, que trouxe uma série de alterações no Código de Processo Penal, mais precisamente em relação ao Tribunal do Júri. Uma das principais mudanças foi a extinção do segundo julgamento obrigatório nos casos de condenação superior a 20 anos de prisão.

As alterações (veja resumo no *box*) buscam, primordialmente, a agilização da tramitação processual no Júri, cujo excesso de procedimentos e prazos era visto por muitos como ferramenta para a procrastinação do final do processo e para a impunidade.

Alguns juristas viram com reticência certas novidades, como a possibilidade de realização do julgamento sem a presença do réu, o que poderia colocar em risco o

direito à ampla defesa. "O Judiciário passaria a fazer o papel de Segurança Pública, sendo, no entanto, a função do processo a proteção e a defesa do acusado", pondera a professora e juíza da Auditoria Militar, Daniela Marques.

O desembargador da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Alexandre Victor de Carvalho, contudo, acredita que o balanço é positivo para o réu. O interrogatório do acusado, por exemplo, passa a ser realizado na fase de instrução processual, "por ser uma peça da defesa", explica.

O professor de Processo Penal da Faculdade de Direito da UFMG, Marcelo Sarsur, acrescenta que agora o juiz pode absolver o réu antes mesmo da realização do julgamento, se reconhecer que não houve crime ou que a punibilidade do acusado se encontra extinta – nos casos de legítima defesa ou cumprimento do dever legal, por exemplo.

Direito e Justiça

As alterações no Tribunal do Júri são parte de um pacote de mudanças que vem sendo feito na legislação penal brasileira. Uma das principais críticas feitas a essas transformações é seu caráter 'reativo', respondendo sempre a um clamor social em casos de ampla repercussão midiática, como o da freira Dorothy Stang ou do menino João Hélio, em 2007. Tanto Alexandre Victor quanto Marcelo Sarsur concordam que esse é um problema, mas não é exclusivo da legislação brasileira.

Para o professor da UFMG, a simples mudança na legislação não trará por si só soluções mágicas. "É preciso pressionar as autoridades quanto à urgência e à necessidade de investimento na Justiça Criminal", afirma. Para ele, "é fundamental o investimento em inteligência, equipamentos e quadros policiais; em servidores e magistrados, promotores de justiça e defensores públicos; e, principalmente, na cons-

| | Como era antes | Como é agora | Efeito das alterações |
|--|---|---|--|
| Número de pessoas na lista anual para sorteio de jurados | 300 a 500 | 800 a 1.500 | Impedem a não-realização do julgamento por falta de quórum de jurados, que antes era de 15 e agora passou a ser de 19. O corpo de sentença continua sendo composto por sete jurados. |
| Idade mínima para ser jurado | 21 anos | 18 anos | |
| Intimação do jurado | Via Oficial de Justiça | Via Correios | |
| Número de jurados convocado para cada sessão de julgamento | 21 | 25 | |
| Perguntas finais feitas pelo juiz aos jurados | Possivelmente complexas, com utilização do 'juridiquês' | Obrigatoriamente simples, buscando saber se o réu é culpado ou não; e se há agravantes incidentes no crime. | Evitam a condenação ou a absolvição equivocadas, devido ao não-conhecimento jurídico por parte dos jurados. |
| Número de audiências para oitiva de testemunhas e apresentação de provas | 3 | 1 | Evitam a protelação do desenrolar do processo criminal e buscam a rapidez na realização do julgamento e na produção da sentença. |
| Tempo de debate entre acusação e defesa | Duas horas | Uma hora e meia | |
| Julgamento pode ser realizado caso o réu não compareça? | Não | Sim | |

trução de mais unidades prisionais: menores, melhor equipadas, dotadas de ensino básico e centro de formação profissional-técnica, e em maior número no interior dos Estados, de modo a permitir o acompanhamento familiar”.

Esse pensamento acompanha outra crítica às alterações no Tribunal do Júri. Elas aceleram o andamento processual, mas a estrutura do Judiciário continua a mesma. A realização de julgamentos continua condicionada ao número de magistrados, servidores e à própria infra-estrutura da Justiça brasileira.

Por outro lado, o conselheiro do Movimento Nacional dos Direitos Humanos em Minas Gerais, advogado Bráulio Magalhães dos Santos, acredita que “aquisição de armas e frotas de veículos para polícias e construção de mais e mais presídios são sequer medidas paliativas”. Ele considera que as mudanças na lei penal são necessárias, tendo em vista o avanço social, mas elas tão-somente “tratam das consequências da incapacidade do Estado em lidar com a Segurança Pública, através da criminalização, penalização e encarceramento”.

Mais que combater o medo e a insegurança, devemos combater as possibilidades de que os dois se instalem na sociedade”

Na opinião do conselheiro, é mais importante “a implementação de políticas públicas que impeçam as causas dos crimes”. Segundo ele, “mais que combater o medo e a insegurança, devemos combater as possibilidades de que os dois se instalem na sociedade”.

Legislação reativa

Há uma série de alterações no Código Penal ainda em tramitação no Congresso Nacional. Destacam-se o projeto de lei que tipifica os crimes praticados pela *Internet*; e o que trata dos crimes cometidos na manipulação genética de embriões, importante em face da recente permissão do Supremo Tribunal Federal para a pesquisa científica com células tronco-embrionárias. Por fim, há o Projeto de Lei nº 4.206/2001, que reforma o sistema recursal no processo penal.

Já no âmbito estadual, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem buscado soluções, apoiando-se principalmente na

tecnologia. O alvará de soltura eletrônico, que permite ao juiz emitir o documento via *Internet* através de sua assinatura digital, foi bem recebido. Já a utilização de tornazeleiras de monitoramento de réus em liberdade condicional ainda gera controvérsias.

Para Alexandre Victor, ela é viável se “o réu deve cumprir pena em regime semi-aberto e não há vaga no estabelecimento adequado. Nesse caso, a prisão domiciliar com adição do monitoramento eletrônico pode ser interessante”. Mas ele não acredita ser possível para o condenado em regime aberto, uma vez que a legislação lhe prevê o direito absoluto de liberdade não vigiada.

Para discutir essas e outras questões a respeito da Execução Penal e da situação carcerária, o TJMG promove, entre os dias 11 e 13 de agosto, o “Seminário Justiça na Execução Penal: Novos Rumos”. O evento contará com a presença de vários magistrados e especialistas da área e dará ênfase à “discussão sobre a construção de unidades prisionais através do modelo das parcerias público-privadas e das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs)”, explica o desembargador Alexandre, organizador do evento.

Novos rumos

Apesar do consenso de que as recentes mudanças são mais benéficas que ruins, há ainda um longo caminho a ser percorrido. A juíza Daniela Marques afirma que “justiça não é vingança”. Para ela, mais relevante que punir crimes chocantes, espetacularizados pela mídia, é “reforçar a lei contra crimes financeiros e políticos, por exemplo, que afetam muito mais pessoas”.

Já o conselheiro Bráulio Magalhães afirma que o Movimento pelos Direitos Humanos pleiteia mudanças que “não sejam apenas finalísticas, voltadas mais aos processos do que à sociedade e às pessoas que buscam o Judiciário”. O importante, ele conclui, é que se busque “equilíbrio e proporcionalidade entre o Direito e a Justiça, na hipótese de a segunda não se dar através do primeiro”.

Fotos: Guilherme Dardanhan



Para o professor Marcelo Sarsur, a estrutura do Judiciário precisa ser melhorada

O conselheiro dos Direitos Humanos, Bráulio Magalhães, acredita que é mais importante a implementação de políticas públicas



Equipes de Apoio evitam acúmulo de processos

Juliana Matos

O projeto Equipes de Apoio, instituído em 2002, está de volta, para atender ao jurisdicionado que espera há mais tempo pela solução de sua causa na Justiça. Restabelecidas pela Portaria-Conjunta nº 120/2008, do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Orlando Carvalho, do segundo e do terceiro vice-presidentes, desembargadores Reynaldo Ximenes e Jarbas Ladeira, respectivamente, e do corregedor-geral de Justiça, desembargador José Francisco Bueno, as equipes serão constituídas por juízes de direito e servidores da comarca da Capital.

Elas vão atuar na Primeira Instância, onde houver acúmulo de feitos sem regular tramitação, isto é, em processos que estejam tramitando há mais de três anos e ainda não sentenciados. Será dada preferência aos mais antigos, conforme decisão do Comitê Estratégico do Tribunal, formado pelo presidente, 1º, 2º e 3º vice-presidentes, corregedor-geral de Justiça, secretária executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional e secretário especial da Presidência.

É uma iniciativa que vai funcionar muito bem em curto prazo, porque hoje em dia nós temos inúmeras varas e comarcas com acúmulo de serviço, com muitos processos e com número pequeno de funcionários”

Para o juiz diretor do Foro de Belo Horizonte, Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, essa é “uma iniciativa que vai funcionar muito bem em curto prazo, porque hoje em dia nós temos inúmeras varas e comarcas com acúmulo de serviço, com muitos processos e com número pequeno de funcionários”. O magistrado adianta que “de início vamos fazer o projeto-piloto aqui na comarca de Belo Horizonte, até mesmo para que possamos verificar o funcionamento dessas equipes e melhorar o que for preciso, para então disseminarmos para todo o Estado”.

A revitalização desse projeto contará com o esforço conjunto de diversos órgãos do Tribunal de Justiça. As comarcas e varas

serão escolhidas pelo Comitê Estratégico de Gestão Institucional, após parecer conjunto da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas (Dirdep), Assessoria de Gestão da Inovação (Agin) e Secretaria de Padronização da 1ª Instância, Suporte ao Planejamento e à Ação Correcional (Sepac). Para tanto, serão observados os índices estatísticos e os relatórios advindos dos sistemas informatizados de acompanhamento processual.

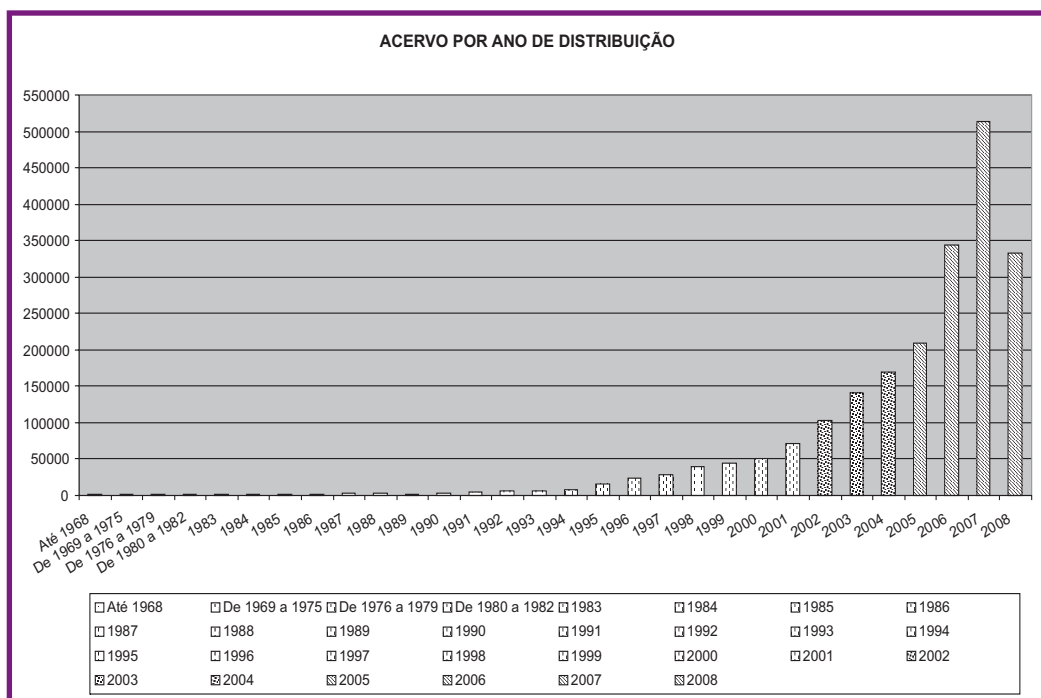
Metas

As *Equipes de Apoio* deverão cumprir as metas estabelecidas pelo Comitê. O trabalho delas será acompanhado pela 3ª Vice-Presidência e os resultados obtidos serão analisados pela Corregedoria-Geral de Justiça. Os servidores serão treinados pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), que também coordenará as atividades de capacitação, com a participação efetiva da Corregedoria.

A meta de julgamento para a Primeira Instância é de até três anos. A previsão é que sejam julgados, até 31-12-2008, os processos distribuídos até 2005, iniciando-

se pelos mais antigos. Como explica a servidora da Agin, Luciana Abdo, a partir da meta estabelecida, foi feito um gráfico para análise dos processos acumulados ao longo dos anos. Os feitos distribuídos de 2005 a 2008 estão dentro da meta e os distribuídos no período compreendido entre 2002 e 2005 estão dentro de uma faixa de tolerância em razão dos prazos concedidos ao Ministério Público e advogados. Os feitos distribuídos antes de 2002 são o foco da Instituição e as *Equipes de Apoio* serão uma das estratégias para o alcance da meta institucional. Luciana conta como será a dinâmica de implantação desse trabalho. “O Comitê vai definir as varas, o número de processos a ser sentenciado, o tempo de atuação e, se for verificada a necessidade de prorrogação, o fato será levado para a análise do Comitê.

No encerramento do trabalho, o juiz de direito coordenador da equipe deverá elaborar relatório circunstanciado e, se necessário, propor sua prorrogação. “Aquela comarca ou vara que contar com a Equipe de Apoio terá seu resultado analisado pela Corregedoria, que também será responsável por viabilizar meios de dar continuidade ao trabalho, para não acumular novamente os processos”, completa a assessora especial da Sepac, Maria Cecília Belo.



Pela valorização da vida

Marcos Xavier

O Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte recebeu da Secretaria Nacional Antidrogas, no dia 25 de junho, o “Diploma de Mérito pela Valorização da Vida”, em reconhecimento pelas ações ali desenvolvidas, visando à implementação e ao fortalecimento da Política Nacional Antidrogas. Na ocasião, o desembargador José Fernandes Filho, presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, atribuiu à juíza Flávia Birchal de Moura o mérito pelo prêmio. Em entrevista ao *TJMG Informativo*, a magistrada fala sobre o trabalho que levou à premiação.

Renata Mendes



A juíza Flávia Birchal fala sobre os grupos de reflexão

TJMG Informativo – Que iniciativas levaram o Juizado a ser premiado?

FB: O Juizado Especial Criminal recebeu o diploma em razão dos grupos de reflexão destinados aos usuários de drogas que chegam ao juizado e fazem jus à proposta de transação penal, ou seja, são primários e de bons antecedentes.

TJMG Informativo – Como começou o trabalho com os grupos de reflexão?

FB: O Juizado começou a utilizar os grupos de reflexão nos crimes decorrentes da violência doméstica, no programa intitulado *Provida*. Depois, essas equipes foram se expandindo, e hoje possuímos grupos de reflexão também para os crimes de uso de drogas, meio ambiente e trânsito. Criou-se o que chamamos de “Rede Judicial de Proteção”. Naqueles crimes com maior incidência, é possível fazer um trabalho específico com o transator, ou se-

ja, aquela pessoa que chega à Justiça como autor do fato e que celebra um acordo. Importante colocar que a transação penal é benefício da Lei nº 9.099/95. Pela transação, o autor do delito, se primário e de bons antecedentes, faz um acordo no Juizado Especial Criminal para cumprimento de uma das penas alternativas previstas no Código Penal e, cumprida a medida, é julgada extinta a punibilidade do apenado, que fica com o nome limpo, mas não pode fazer novo acordo nos próximos cinco anos. Para a criação dos grupos de reflexão é necessário, após identificar qual o tipo de crime merece uma atenção especial, procurar os parceiros que vão viabilizar o projeto. Esses parceiros podem ser entidades não governamentais ou o próprio governo.

TJMG Informativo – Quando começaram os trabalhos com os grupos de usuários de drogas e como eles funcionam?

FB: Eles começaram a funcionar há aproximadamente dois anos. Tínhamos como parceiros a Promotoria, a Defensoria Pública e entidades que trabalham com esses usuários. Depois a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, do Governo do Estado, passou a ser nossa parceira e hoje contamos ainda com a Sub-secretaria Anti-Drogas. Assim, chegamos ao ponto de ter vaga para todos os transatores, cujo número atinge uma média mensal de 400/mês. Esses grupos de reflexão possuem duração de 12 reuniões (duas horas semanais em três meses) e neles são discutidas todas as questões relativas à droga. Os grupos são fechados, ou seja, compostos somente de pessoas enviadas pela Justiça. Ao final do trabalho com os grupos, é feita uma audiência denominada ‘multitransator’, em que todos participam, na presença de um juiz, promotor, defensor, técnico do setor psicossocial do Juizado e da entidade

que gerencia o grupo. É a oportunidade para uma avaliação do projeto por parte dos parceiros e para os transatores falarem sobre a experiência do grupo. E a resposta é altamente positiva, apesar de sabermos que apenas o grupo não vai tirar ninguém do vício, mas é um início de caminho para aqueles que têm essa vontade. Entendo que esses grupos mostram uma nova cara da Justiça, e que o Juizado Especial é um importante agente desta mudança.

“Esses grupos mostram uma nova cara da Justiça, e que o Juizado Especial é um importante agente desta mudança”

Corregedoria completa

60 anos



O desembargador José Francisco Bueno é o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais

Guilherme Dardanian

Raul Machado

A Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais completa 60 anos. Em dezembro de 1948, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprova a Lei 300, que regulamenta a Corregedoria - Geral de Justiça de Minas Gerais. A criação desse órgão foi determinada pela Constituição Estadual de 1947.

Na Carta Mineira, o Artigo 73 determinava: "A lei organizará a Corregedoria de Justiça, com jurisdição disciplinar para todos os graus de hierarquia judiciária, inclusive serventuários da Justiça". Estava dado o primeiro passo para a criação do órgão.

A função correicional seria exercida pelo corregedor-geral e pelo Conselho Disciplinar, composto por sete conselheiros: os quatro desembargadores com maior tempo de exercício em cada uma das Câmaras do Tribunal de Justiça, o procurador-geral de Justiça e dois advogados nomeados pelo governador do Estado.

Composição

No início, a Corregedoria - Geral de Justiça funcionava numa sala do Palácio da Justiça. O número de pessoas que atuava ali era pequeno: o corregedor, dois assisten-

tes, um escrivão, dois datilógrafos e um servente. Mesmo antes da criação do cargo de juiz-auxiliar, o corregedor já podia delegar algumas funções a juízes.

Hoje, a Corregedoria tem em seus quadros mais de 120 servidores e sete juízes-auxiliares, que ajudam nos trabalhos.

Já passaram pelo órgão 35 desembargadores. O primeiro foi Walfrido Andrade, que ficou à frente da Instituição por dois biênios. Respondem atualmente pela Corregedoria o desembargador José Francisco Bueno, cor-



A função da Casa vai além da devassa; não se pode esquecer que também instruímos e orientamos"

regedor-geral, e o desembargador Célio César Paduani, vice-corregedor-geral. Para

José Francisco Bueno, "a função da Casa vai além da devassa; não se pode esquecer que também instruímos e orientamos".

Para melhor andamento dos trabalhos, a Corregedoria-Geral de Justiça divide o Estado e suas 294 comarcas em seis regiões. Seis juízes auxiliares da corregedoria respondem por cada uma dessas áreas. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior é juiz diretor do Foro de Belo Horizonte e é também responsável por uma região. Os outros juízes são: José Osvaldo Corrêa Furtado de Mendonça, Carlos Henrique Perpétuo Braga, André Luiz Amorim Siqueira, Fernando de Vasconcelos Lins e Marco Aurélio Ferenzini. A supervisão dos Serviços Notariais e de Registro fica a cargo dos juízes Maurício Pinto Coelho Filho e Ronaldo Claret de Moraes.

O presidente do TJMG, desembargador Orlando Adão Carvalho, lembra que, no início de sua gestão, em dezembro de 2006, a Corregedoria passou a funcionar em sede própria - rua Gonçalves Dias, 2.553, bairro de Lourdes, BH. "Ao invés da simples fiscalização e da punição, a ênfase maior tem sido dada ao diálogo, à função pedagógica, como forma de aprimorar os serviços prestados à sociedade", diz o presidente.

Juiz conduz audiência, sem perder a ternura

O juiz Frederico à mesa de audiências: paciência e lápis de cor para conquistar as crianças



Rachel Barreto

Rachel Barreto

O conteúdo do armário de uma das salas do Fórum de Nova Serrana pode fazer a alegria de qualquer criança: potes cheios de brinquedos e balas, caixas de chocolate, dezenas de lápis de cor e revistas para colorir, apetrechos para fazer truques de mágica. Não fosse o fato de dividirem o espaço das prateleiras com pilhas de processos e livros de Direito, talvez ficaria difícil imaginar a profissão de seu dono, o juiz Frederico Esteves Duarte.

Todo esse arsenal é usado durante audiências em que há o depoimento de crianças. Elas geralmente chegam ali trazendo consigo traumas e dramas, assustadas e fragilizadas. Muitas sofreram agressões físicas, maus tratos, abusos de pais alcoolizados ou crimes contra os costumes, como atentado violento ao pudor e até estupro.

"A criança tem que ser trata-

da como um jurisdicionado especial. Não posso recebê-la como um burocrata. Tento recebê-la como um amigo, quase como um pai", afirma Frederico Duarte, lembrando que o Estatuto da Criança e do Adolescente e a própria Constituição Federal

Ao deixar as crianças mais à vontade e criar esse vínculo de confiança, é mais fácil atingir a verdade dos fatos"

determinam tratamento diferenciado por parte do Estado.

Para a promotora Liliale Ferrarezi Fagundes, que atua na comarca de Nova Serrana, muitas vezes a população tem temor de ir ao Fórum, especialmente as crianças, que vão ali expor situações constrangedoras e podem ver o juiz com uma figura distante, imponente. "Mas Dr.

Frederico dispensa o tratamento formal para lidar com elas: vira 'tio' ou 'Fred'. Faz questão de sentá-las ao seu lado e brincar, colorir, soprar balões, fazer mágicas," relata.

Confiança e sinceridade

As brincadeiras e mimos têm uma função bem clara: conquistar a confiança dos pequenos, permitindo que seus depoimentos sejam mais sinceros e fiéis, ajudando a formar a convicção do juiz. Para Frederico Duarte, a estratégia tem surtido resultado. "As audiências se realizam maravilhosamente bem, as crianças me contam tudo que precisa ser contado, sem mentir, com a mais absoluta fidelidade".

Liliale reforça os resultados positivos. "Os procedimentos se tornam mais eficientes não só para o juiz, mas para todas as partes envolvidas, para o Ministério Público, para os assistentes

sociais. Ao deixar as crianças mais à vontade e criar esse vínculo de confiança, é mais fácil atingir a verdade dos fatos".

Para o juiz, porém, a proximidade não pode obscurecer o julgamento objetivo e justo. "Embora as crianças sejam recebidas por um amigo, com todo o carinho e respeito, eu não posso me emocionar positiva nem negativamente, senão eu não poderia ser juiz. É uma linha muito tênue que separa a emoção da falta de emoção, e até mesmo de um embrutecimento do juiz".

Mas criar uma relação de confiança e amizade toma tempo, bem escasso nessa era de valorização da rapidez e das metas, às vezes a qualquer custo. Vale a pena? "Não vejo como perda, mas como ganho de tempo, como investimento na criança para que o litígio seja resolvido a contento. Não me importo em sair do Fórum meia noite, se for o caso, mas volto para casa com a consciência tranqüila de que o meu dever foi cumprido da melhor forma possível", conclui Frederico Duarte.

Eventos culturais nos 60 anos da Corregedoria

Túlio Travaglia

Solenidades e eventos culturais marcam a comemoração dos 60 anos de instalação da Corregedoria - Geral de Justiça de Minas Gerais, nos dias 7 e 8 de agosto, no Fórum Lafayette de Belo Horizonte.

No dia 7, às 11h30, o Espaço Cultural Fórum Lafayette, localizado no *hall* da entrada principal, dentro do projeto *Cardápio Cultural*, apresenta o Quarteto de Saxofones Lund, com um repertório de bossa nova, choro, samba, rock, jazz e músicas próprias.



Divulgação

O quarteto vai apresentar um variado repertório

O grupo é formado por Ivan Egídio da Silva Júnior, Luiz César de Carvalho, Adilson Felipe Ferreira e Roberto da Silva Júnior e terá a participação especial de Max Robson.

Às 17h, na entrada principal do Fórum, ao lado da escadaria, haverá a inauguração do busto do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira e a reinauguração do busto do Governador Milton Soares Campos. Logo após, vai ser descerrada a placa comemorativa dos 60 Anos, ao som da Banda da Polícia Militar de Minas Gerais.

Em seguida, na Galeria de Arte Fórum Lafayette, será inaugurada a exposição de fatos, fotos, peças e registros históricos da Corregedoria-Geral de Justiça, com a apresentação do Octeto da Polícia Militar de Minas Gerais.

Selo e carimbo

Na seqüência, ocorre o lançamento do selo e do carimbo alusivos aos 60 anos de organização da Corregedoria-Geral de Justiça, juntamente com o lançamento da obra comemorativa, no pátio interno do Fórum.

Durante o evento, dentro do projeto *Encantando a Justiça*, o Coral do Tribunal de Justiça se apresenta, sob a regência do maes-



Bruno Magalhães

A cantora Marina Machado é a última atração do evento

tro Álvaro Antônio Rodrigues.

No dia 8 de agosto, às 17h, no auditório do I Tribunal do Júri, vai ser realizada a solenidade de outorga da "Medalha de Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena". A comenda, este ano, tem caráter especial, tendo em vista o aniversário da Corregedoria.

E, fechando as comemorações, após a entrega das medalhas, o *Comunidade e Justiça* traz o *show* da cantora mineira Marina Machado, no pátio interno do Fórum Lafayette. Ela será acompanhada pelos músicos Kadu Vianna, Alexandre Mourão e Lenis Rino.

A cantora, revelada por Milton Nascimento durante a turnê *Pietá*, acaba de lançar o seu terceiro CD, *Tempo Quente*.

CLICK DO LEITOR



Régis Ferrer

Cristina é um pequeno município cravado nas montanhas do Sul de Minas e proporciona surpreendentes paisagens. Um convite para passeios em meio à natureza exuberante, com várias cachoeiras, inclusive uma no centro da cidade: a Cachoeira da Gruta. A pacata localidade, com ruas de paralelepípedos e casarões coloniais, revela vários monumentos históricos.

Régis Ferrer - Escrevente - Santa Rita do Sapucaí - MG

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.gov.br.